

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 71, DE 06 DE JULHO DE 2022 – CONSUNI/UFT

Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital (CGD) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 06 de julho de 2022, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e

CONSIDERANDO o Decreto 9.203 de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a Portaria SETIC/MP nº 19, de 29 de maio de 2017, que dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal – SISP;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências e as alterações realizadas por meio do Decreto nº 10.996, de 14 de março de 2022;

CONSIDERANDO a Lei 14.129 de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública através de mecanismos de governança, gestão de riscos, controle e auditoria;

CONSIDERANDO as orientações do Guia de Governança de TIC do SISP V 2.0 que sugere um modelo referencial constituído por um conjunto de 10 (dez) práticas relacionadas à governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para órgãos e entidades que compõem Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP);

CONSIDERANDO o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade

Federal do Tocantins que prevê dentre os objetivos estratégicos o Desafio 05: mecanismos de governança pública, assevera elevar e intensificar as atividades de Comitê de Governança Digital (CGD).

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital (CGD) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.006493/2022-72.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO

Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL (CGD) UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

Anexo da Resolução nº 71/2022 - Consuni
Aprovada pelo Conselho Universitário em 06 de julho de 2022.

Palmas-TO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº71/2022 – CONSUNI

**REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA
DIGITAL (CGD) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS (UFT)**

Palmas - TO
2022

COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL (CGD)

Luís Eduardo Bovolato
Reitor

Marcelo Leineker Costa
Vice-Reitor

Eduardo José Cezari
Pró-Reitor de Graduação

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Rafael Sanzio Pimenta
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Kherlley Caxias Batista Barbosa
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Eduardo Andrea Lemus Erasmo
Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Vânia Maria de Araújo Passos
Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Carlos Alberto Moreira de Araújo Junior
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Ary Henrique Morais de Oliveira
Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação

EQUIPE DE APOIO

Saulo Florentino da Mota
Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Olívia Tozzi Bittencourt
Coordenadora de Suporte e Manutenção

Samuel Barbosa Costa
Coordenador de Desenvolvimento de Software

Emilio Mario Wieczorek
Coordenador de Sistemas de Gestão

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL (CGD) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições do Comitê de Governança Digital (CGD) em conformidade com o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, da Presidência da República, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Parágrafo único. Caberá ao CGD reger-se por este regimento, observados o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

TÍTULO II DA NATUREZA, FINALIDADE E ATRIBUIÇÕES

Art. 2º O CGD é órgão colegiado de natureza deliberativa e de caráter permanente, composto por membros designados pela Reitoria.

Art. 3º O CGD tem por finalidade deliberar sobre os assuntos relativos à Governança Digital, auxiliando a instituição na tomada de decisões relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Art. 4º Compete ao Comitê de Governança Digital:

I - propor e atualizar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT;

II - propor e atualizar o Plano de Transformação Digital (PTD) em consonância com a Estratégia de Governo Digital, conforme a Lei 14.129 de 29 de março de 2021 e o Decreto nº 10.332/2020 de 28 de abril de 2020;

III - elaborar e atualizar o Plano de Dados Abertos (PDA) da UFT para publicação dos dados contidos nas bases de dados da UFT, conforme requisitos de transparência pública franqueando o cidadão ao amplo acesso aos dados produzidos pela instituição segundo a Lei 12.527/2011 de 18 de novembro de 2011;

IV - elaborar e atualizar a Política de Segurança da Informação (PSI) e os instrumentos de planejamento de segurança da informação e comunicação e de tratamento de incidentes de segurança cibernética da UFT com apoio do Comitê de Segurança da Informação (CSI);

V - analisar e priorizar, em conformidade com as políticas da UFT e de seu PDTIC, o planejamento anual de aquisições e contratações de produtos e serviços de TIC

conforme o Plano de Contratações de Tecnologia da Informação (PCTI);

VI - estabelecer diretrizes de alinhamento entre soluções de TICs conforme a Estratégia de Governo Digital e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFT;

VII - elaborar, propor, executar e manter os projetos de TIC conforme os mecanismos de priorização previamente estabelecidas pelo CGD;

VIII - estabelecer diretrizes e orientações para registro, sistematização, atualização e disponibilidade de informações em bases de dados oficiais da UFT;

IX - avaliar as propostas, ideias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de TIC em atividades específicas ou no ambiente acadêmico e administrativo da UFT;

X - propor a criação de grupos de trabalho e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso;

XI - estabelecer diretrizes de minimização de riscos, de priorização e de distribuição dos recursos orçamentários para a área de TIC na UFT;

XII - estabelecer diretrizes de tratamento de dados pessoais com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade conforme a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.853/2019;

XIII - propor alterações em seu Regimento Interno.

TÍTULO III

COMPOSIÇÃO, MANDATO E FUNCIONAMENTO

Art. 5º O CGD será constituído no mínimo por:

I - Reitor;

II - Chefia de Gabinete;

III - Um representante dos Pró-reitores das áreas administrativas (Proap, Proad ou Progedep);

IV - Pró-reitores das áreas pedagógicas/finalística (Prograd, Propesq, Proex e Proest);

V – Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC);

VI - Encarregado do tratamento de dados pessoais (Ouvidoria);

§1º. A presidência do CGD será exercida pela Reitoria da UFT ou pela Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, caso designado pelo seu presidente, o Reitor.

§2º. Caberá à vice-presidência do CGD ao Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFT.

§3º. Na ausência do Presidente, coordenará o CGD o Vice-presidente, e na

ausência deste, um dos Pró-reitores da área pedagógica/finalística será designado pelo comitê como presidente pro tempore;

§4º. O Secretário será o Chefe de Gabinete com o apoio da Secretaria Executiva da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

§5º. O mandato dos representantes indicados ao CGD terá vigência equivalente ao PDI da UFT ou ao mandato da reitoria, sendo adotado como critério, o que finalizar primeiro.

Art. 6º São atribuições do Presidente do CGD:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do CGD;

II - convocar e presidir as reuniões do CGD;

III - aprovar as pautas de reunião;

IV - convidar participantes para as reuniões que possam contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos de governança digital;

V - instituir grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos de governança digital;

VI - proferir voto de desempate em processo decisório;

VII - apresentar as decisões tomadas em ad referendum ao CGD;

VIII - reportar ao Conselho Universitário documentos oficiais no âmbito do CGD.

Art. 7º São atribuições da Secretaria:

I - auxiliar o Presidente na coordenação, orientação e supervisão das atividades do CGD;

II - propor calendário de reuniões;

III - realizar a convocação das reuniões do CGD;

IV - elaborar e apresentar a pauta da reunião;

V - organizar e distribuir documentos correlatos à pauta da reunião;

VI - lavrar as resoluções e atas das reuniões e encaminhar ao presidente e demais representantes;

VII - organizar, manter e disponibilizar os documentos correlatos ao CGD;

VIII - publicar as atas e documentos correlatos do CGD no Portal de Informações da UFT.

Art. 8º São atribuições dos demais membros do comitê:

I - participar das reuniões do CGD;

II - aprovar o calendário de reuniões;

III - analisar, debater e votar as matérias em deliberações;

IV - revisar as minutas de documentos e apresentar ao CGD;

V - cumprir e fazer cumprir as decisões do CGD;

VI - realizar estudos e pesquisa, apresentar proposições, apreciar, emitir pareceres e relatar as matérias que lhes forem submetidas;

VII - solicitar à Secretaria do CGD informações e documentos necessários ao desempenho das atividades junto ao comitê;

VIII - incluir demandas de projetos e serviços de TIC para PROTIC para estudos e análise junto ao CGD;

IX - assinar pareceres bem como as atas das reuniões;

X - propor a realização de reuniões extraordinárias.

Art. 9º O Comitê reunir-se-á ordinariamente conforme o calendário por ele definido e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou de pelo menos um terço dos seus membros.

Art. 10. Na ocorrência de reuniões extraordinárias, estas serão informadas aos membros do comitê com no mínimo 24 horas de antecedência.

Art. 11. Para as reuniões do CGD será exigido o quórum de no mínimo cinquenta por cento dos membros em primeira chamada, e de um terço em segunda chamada.

Art. 12. Os membros do comitê que não puderem estar presentes em reuniões ordinárias deverão comunicar e justificar em até 48 horas a ausência à Secretaria.

Art. 13. A Secretaria distribuirá, com antecedência mínima de cinco dias, no caso de reuniões ordinárias, a agenda e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões.

Art. 14. Somente os membros terão o direito a voto nas eventuais votações envolvidas nas reuniões do CGD.

Art. 15. As decisões do CGD serão tomadas por maioria simples dos membros presentes à reunião, condicionando à existência de quórum.

Art. 16. O integrante do CGD que faltar, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, no período de um ano, será substituído por outro representante do mesmo segmento.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os casos omissos e as dúvidas na aplicação deste regimento serão resolvidos mediante deliberação do próprio comitê.

Art. 18. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, dados do processo nº 23101006493/2022-72.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor